

# AO REDOR DA SELVA

Três anos depois das primeiras tímidas experiências, plantações nos estados de Rondônia, Roraima e Amazonas começam a ganhar importância. Governantes e empresários exultam com as perspectivas. Ambientalistas denunciam ameaça à floresta



# A soja rumo ao Norte

Cristina Ávila  
 Da equipe do Correio

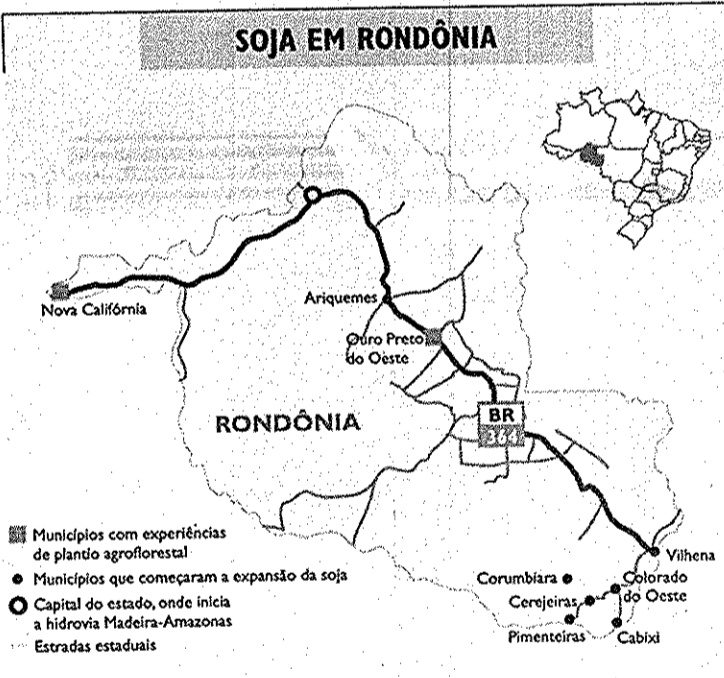
A floresta amazônica enfrenta nova ameaça. A soja — cultura que precisa de muita terra plana, máquina e insumos químicos para se desenvolver — avança rapidamente por áreas desmatadas, aproximando-se de terras até agora intocadas pelo homem. O plantio está sendo estimulado pelos governos Federal e dos estados e pela iniciativa privada, principalmente pelo Grupo André Maggi, responsável pela construção de um atalho pelos rios em direção ao Atlântico e aos consumidores europeus — a hidrovía Madeira-Amazonas, que barateou os custos do transporte na região.

O melhor exemplo do avanço da soja está em Rondônia, que vai exportar a partir de março 50 mil toneladas de grãos. O governo do estado pretende chegar a 140 mil toneladas em 2002, venda dez vezes maior do que a primeira exportação feita há apenas dois anos, que foi de 14 mil toneladas. O principal comprador é a Holanda, que esse ano já importou 1 milhão de toneladas do Mato Grosso, despachadas do Brasil pela hidrovía Madeira-Amazonas. O Grupo Maggi está de olho em 15 milhões de hectares de terras favoráveis ao plantio, em Rondônia, Roraima e no sul do Amazonas, uma área maior do que a do estado do Amapá, denominada Fronteira Agrícola Noroeste.

Em Roraima o cultivo vai saltar de 1.850 hectares plantados para 10 mil. Humaitá (AM) já tem 15 mil hectares de lavouras de soja.

A chegada de uma cultura como a da soja à amazônia deflagra, de imediato, a disputa entre empresários e governantes, de um lado, grupos ambientalistas e povos nativos do outro. Enquanto os primeiros festejam as safras recordes, o faturamento com as exportações e a arrecadação dos tributos, o outro grupo, a começar pelo Fundo Municipal pela Natureza (WWF), que denuncia a ameaça de um desastre ecológico, com o radical desmate das florestas. Há, ainda, as queixas das lideranças sindicais.

“Onde a soja entra, desintegra a agricultura familiar. É um desastre. Vai ocupando espaço, expulsando os pequenos agricultores e aumentando o desmatamento”, adverte o presidente da Fetagro, Anselmo de Jesus Abreu. Em campanha lançada com o WWF, no último dia 9, em Porto Velho, foram debatidas as experiências bem sucedidas de cultivos agroflorestais nos municípios de Nova Califórnia e Ouro Preto do Oeste. Depois, o WWF pretende promover o debate em toda a Amazônia. A campanha começa pelo estado mais desmatado da região. Segundo cálculos da organização não-governamental, Rondônia já teve pelo menos 31% de suas florestas nativas destruídas. A média



no resto da Amazônia é de 15%.

Empresários torcem o nariz: “É um movimento bucolico. Essas ONGs querem que todo mundo volte para a floresta e ande pelado. É folclórico, incentivam o plantio de cupuaçu e depois não têm pra quem vender”, afirma o superintendente da Herma Navegação da Amazônia S/A, empresa do Grupo Maggi que administra a hidrovía, Luiz Antônio Pagot. A hidrovía tem 1115 km nos rios Madeira e Amazonas, com dois portos em Itaquiara (AM) e Porto Velho (RO). De Itaquiara, navios seguem pelo rio Amazonas principalmente em direção à Holanda.

**APOIO OFICIAL**

O governo de Rondônia está apostando que vai ganhar com a soja. O vice-governador e secretário da Agricultura, Miguel de Souza, é um entusiasta. “Quando a hidrovía começou a funcionar, em 1997, passaram por Porto Velho 320 mil toneladas. No ano passado foram 907 mil”, comemora, citando a produção de Mato Grosso, que também faz parte da Fronteira Agrícola Noroeste.

“A soja é viável na amazônia”, afirma o pesquisador Elói Elias do Prado, da Empresa Brasileira

de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de Vilhena, que fez experimentos para adaptação de sementes à região. Ele acha que a implantação da hidrovía foi fundamental. Segundo seus cálculos, o custo de transporte entre Vilhena e os portos de Santos (SP) ou Paranaguá (PR) consumiam 70% dos lucros dos produtores. Por isso, muitos acabaram quebrando nos anos 80 no estado. Hoje, os custos com transporte representam 10% dos lucros.

Mas os empresários esperam muito mais. “Ainda faltam financiamentos do governo federal. No sul do Amazonas, por exemplo, a produção passou de zero para 15 mil hectares em um ano apesar de o único agente financiador ser o próprio estado. As lavouras são minúsculas considerando áreas propícias existentes. Nos últimos quatro ou cinco anos temos desenvolvido pesquisas e exaustivamente mostrado aos agricultores o caminho para a Fronteira Agrícola Noroeste”, ressalta Luiz Pagot. Ele assegura que não há riscos para o meio ambiente, porque a lavoura será implantada sempre em áreas degradadas. “Rondônia tem 10 milhões de hectares disponíveis para agricultura, e somente 1 milhão estão ocupadas com lavouras diversas. Vamos plantar nas áreas destinadas à agricultura pelo zoneamento econômico-ecológico do estado”, afirma.

## Propostas alternativas

Para se contrapor à transformação das terras amazônicas em área de cultivo de soja o movimento ambientalista está desenvolvendo algumas experiências de cultivo florestal sustentável. No Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Reca), criado há 11 anos em Nova Califórnia, 364 famílias produzem a cada safra 165 toneladas de polpa de cupuaçu, 30 toneladas de semente do fruto e estão começando a produzir 30 toneladas de óleo de sementes para a indústria de cosméticos do país. “Não temos mais estoque, vendemos tudo”, ressalta o presidente do Reca, Sérgio Lopes.

O WWF e a Fetagro querem mostrar que essas culturas dão certo. E, com isso, conseguir dinheiro para ampliá-las. Esperam conseguir recursos do Ministério do Meio Ambiente ou do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Dos R\$ 107 milhões aplicados na agricultura em Rondônia no ano passado pelo Fundo Constitucional do Norte (FNO), apenas R\$ 50 mil foram destinados a projetos agroflorestais.

A proposta ambientalista não descarta a pecuária. Rondônia tem 87 mil propriedades, com média de 100 hectares, e 7 milhões de cabeças de gado. Tal rebanho produz 1,8 milhão de litros de leite por dia. Mais de 90% dessa produção é da agricultura familiar. Os líderes do projeto admitem que a produtividade é muito baixa. “Pouco mais de dois litros e meio por vaca. E a produção cai 70% no período de seca. Mas podemos dobrá-la em um ano, com pastos melhores”, garante.

A quase 700 quilômetros de Nova Califórnia, em Ouro Preto do Oeste (RO), outras 300 famílias formaram há oito anos a Associação dos Produtores Alternativos (APA), e produzem juntas a cada safra 15t de mel, 10t de geléias feitas de frutas silvestres, 40 toneladas de borracha, cinco toneladas de multimitérios distribuídas no estado para merenda escolar, etc. Têm 1 milhão de palmeiras e uma indústria com capacidade de produzir todos os dias 4 mil potes de palmito.

## História da devastação

A idéia segundo a qual a soja não ameaça as florestas porque ocupará apenas terras já desmatadas não consola os ambientalistas. Eles lembram que as florestas de Rondônia foram devastadas pelos projetos de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Os colonos desmatavam a floresta, muitas vezes recorrendo às queimadas, para formar lavouras. Depois abandonaram as terras tornadas inférteis pelo manejo, desmatavam outras áreas e reiniciavam o ciclo. “Com a soja não será diferente. Hoje, os agricultores reclamam que córregos estão secando, as chuvas diminuindo e os ventos aumentando. Precisam saber que isso é consequência do desmatamento”, afirma o sindicalista Anselmo Abreu. Fetagro e WWF têm aliados. “Está sendo construída uma rede

formada por cooperativas, sindicatos, associações, organizações não-governamentais nacionais e internacionais na Amazônia para apoio ao desenvolvimento sustentável”, ressalta Sérgio Lopes. E até governos estão nessa rede. As lavouras extensivas de soja não vão invadir o Acre e o Amapá, que têm política ambiental definida para apoio aos cultivos agroflorestais. Essas iniciativas têm também o apoio da Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente, que em cinco anos injetou, por exemplo, 21 milhões de dólares em 175 projetos semelhantes ao Reca e APA na Amazônia e na Mata Atlântica. Os recursos fazem parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), que tem contribuição financeira dos sete países mais ricos do mundo.



EM ITAQUIARA (AM), TRABALHADORES MOVIMENTAM TONELADAS DE SOJA QUE SERÃO EXPORTADAS PARA A HOLANDA